

21 NOV 1987

ANC 85

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL

Fotos do Arquivo



Ulysses Guimarães



Aureliano Chaves



Marco Maciel

Visita a Ulysses promove união por presidencialismo

SÃO PAULO — Parecia até uma reunião para-ressuscitar a Aliança Democrática. Primeiro, entraram na casa o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e o senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL. Em seguida, chegou Prisco Viana, da Habitação e Desenvolvimento Urbano, o ministro do presidente José Sarney — ambos ex-dirigentes do PDS. Durante uma hora e meia, o sobradão da rua Campo Verde, 418, nos Jardins, onde o deputado Ulysses Guimarães convalesce de seu problema no coração, abrigou parte do alto comando da falecida Aliança Democrática, mas desta vez não surgiu nenhum acordo de salvação nacional.

Só num ponto o anfitrião e os visitantes estão de acordo: vão todos lutar juntos para manter o regime presidencialista de governo no plenário da Constituinte, derrubando o parlamentarismo aprovado na Comissão de Sistematização. A saída, Aureliano Chaves negou qualquer possibilidade de se refazer a Aliança Democrática: "Não vim aqui para fazer acordos, mas para visitar um amigo a quem prezo muito."

O ministro das Minas e Energia foi o mais incisivo na defesa do presidencialismo. Ao ser indagado se aceitaria ser candidato à Presidência caso o parlamentarismo passe no plenário da

Constituinte, Aureliano foi enfático: "Claro que não."

Mauro Maciel garantiu que o PFL vai confirmar o mandato de quatro anos para Sarney no plenário e adiantou que já existe consenso no partido para lançar Aureliano Chaves como candidato à Presidência. Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado, depois de dizer que pretendia apenas "confraternizar-me com o amigo e companheiro que está voltando são e salvo ao nosso convívio", deixou escapar, no final da visita, que Ulysses se mostrou muito satisfeito com a decisão do presidente Sarney de não mais interferir na discussão sobre o mandato e, daqui para frente, cuidar só das tarefas administrativas.

Lucena foi reticente na questão da duração do mandato do presidente Sarney, alegando que a nova Constituição só deverá ser promulgada em março ou abril. "Receio que, se o trabalho da Constituinte se prolongar, o processo eleitoral possa prejudicá-la, uma vez que o Congresso ainda terá que votar as leis complementares e as leis ordinárias", disse. Em todo caso, o presidente do Senado assegurou que se empenhará para fazer aprovar uma emenda propondo um plebiscito sobre o sistema de governo 60 dias após a promulgação da Constituição.